



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

Ata de Realização da Compra Direta Eletrônica

Dados da Compra Direta			
Nº Processo	Nº Compra Direta	Data/Hora início envio de propostas	Data/Hora de fim do envio de propostas
9.565/2024	36/2024	21/08/2024 - 06:00	28/08/2024 - 05:59
Órgão			Amparo legal
Prefeitura Municipal de Ponta Porã - MS - PMPP-MS			Lei 14.133/2021, Art. 75, II
Critério Julgamento		Diferença Mínima entre Lances	
Menor Preço		Valor (R\$) 0,01	
Objeto			
Dispensa de Licitação para a contratação de empresa especializada para Aquisição de Materiais de Informática e Mobiliário para atender o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ponta Porã - PREVIPORÃ.			

Sequência: 1
Descrição: APOIO DESCANSO
Valor Estimado: R\$ 104,48
Valor Arrematado: R\$ 63,00 (39,70% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	20/08/2024 - 11:57:53	Às 11:57:53 do dia 20 do mês agosto do ano de 2024, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 36/2024, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 21/08/2024 às 06:00:00.
SISTEMA	21/08/2024 - 06:00:00	Às 06:00:00 do dia 21 do mês agosto do ano de 2024, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 36/2024
lucas jacao	27/08/2024 - 10:46:42	Fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

		perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA	27/08/2024 - 15:49:29	Valor da proposta inicial do MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA CNPJ/CPF 36804979000106 é de R\$ 104,48
MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA	27/08/2024 - 15:49:29	Fornecedor MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA CNPJ/CPF 36804979000106 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
MARBA COMERCIAL LTDA	27/08/2024 - 16:01:15	Valor da proposta inicial do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 104,00
		Fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

MARBA COMERCIAL LTDA	27/08/2024 - 16:01:16	peessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (ME/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e /ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	27/08/2024 - 16:43:10	Valor da proposta inicial do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ /CPF 31788699000120 é de R\$ 100,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	27/08/2024 - 16:43:10	Fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 enviou os documentos: 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (ME/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.6. Prova de



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

		inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	27/08/2024 - 17:08:03	Valor da proposta inicial do NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CPNJ/CPF 20353820000174 é de R\$ 104,47
NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	27/08/2024 - 17:08:03	Fornecedor NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CPNJ/CPF 20353820000174 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e /ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	27/08/2024 - 17:51:31	Valor da proposta inicial do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ /CPF 48304801000177 é de R\$ 103,99
		Fornecedor ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	27/08/2024 - 17:51:31	Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	27/08/2024 - 19:55:00	Valor da proposta inicial do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 104,40
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	27/08/2024 - 19:55:00	Fornecedor CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ /CPF 47944342000123 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
SISTEMA	28/08/2024 - 05:59:00	Iniciada etapa de Abertura de Lances
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 08:30:26	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CNPJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 99,99
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:05:22	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 1,03
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:05:27	Fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 cancelou o envio do lance no valor de R\$ 1,03
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:05:32	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 103,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:05:50	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 95,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 09:13:07	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 90,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:25:39	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 70,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 09:43:29	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 93,40
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:12:20	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 69,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:13:33	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 65,00
NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	28/08/2024 - 11:15:05	O valor do lance do NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CNPJ/CPF 20353820000174 é de R\$ 101,00
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:37:59	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CNPJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 80,00
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:45:36	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CNPJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 71,54
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:53:02	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 64,00



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:53:13	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 63,00
SISTEMA	28/08/2024 - 11:59:00	Iniciada etapa de Análise do Resultado
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 12:26:49	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL.
lucas jacao	28/08/2024 - 12:42:52	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR FGTS COM DATA VÁLIDA; DECLARAÇÃO UNIFICADA CONFORME ITEM 1.6.3 DO ANEXO I DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM MESMA NATUREZA E PORTE DO OBJETO LICITADO.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 12:52:02	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA EMPRESA, EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 12:52:19	Solicitado o reenvio do documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ /CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: FAVOR ENVIAR CERTIDÃO ESTADUAL VÁLIDA.
lucas jacao	28/08/2024 - 12:55:43	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
lucas jacao	28/08/2024 - 13:07:34	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM MESMA NATUREZA DO OBJETO LICITADO.
lucas jacao	28/08/2024 - 13:11:49	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:14:38	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:14:38	Documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
lucas jacao	28/08/2024 - 13:24:53	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVERÁ SER ASSINADO PELO ATESTANTE E NÃO PELA PRÓPRIA EMPRESA.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:25:33	Solicitado o reenvio do documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ /CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS REENVIO
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:25:45	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS REENVIO
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:26:40	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:26:40	Documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
lucas jacao	28/08/2024 - 14:53:28	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
		Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

lucas jacao	29/08/2024 - 08:40:03	social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: SR. LICITANTE, O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVERÁ SER EMITIDO PELA CONTRATANTE, O ATESTADO ENVIADO PELA EMPRESA CONSTA COM A ASSINATURA DA PRÓPRIA EMPRESA
lucas jacao	29/08/2024 - 08:46:41	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
MARBA COMERCIAL LTDA	29/08/2024 - 11:17:40	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME /EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116
COMPRADOR	29/08/2024 - 11:39:16	Adjudicado 1 no valor de R\$ 63,00 para o fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116
lucas jacao	29/08/2024 - 11:47:31	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS O REENVIO DO DOCUMENTO JUNTAMENTE COM DEMAIS COMPROVAÇÕES, CONFORME REQUER O ITEM 1.5.2 DO ANEXO I DO AVISO DE DISPENSA DDE LICITAÇÃO.
lucas jacao	29/08/2024 - 12:57:37	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
SISTEMA	30/08/2024 - 08:30:10	Às 08:30:10 do dia 30 do mês agosto do ano de 2024, a Compra Direta de número: 36/2024, alterou sua situação para encerrada.

Sequência: 2
Descrição: CADEIRA SECRETÁRIA GIRATÓRIA
Valor Estimado: R\$ 1.005,80
Valor Arrematado: R\$ 419,50 (58,29% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	20/08/2024 - 11:57:53	Às 11:57:53 do dia 20 do mês agosto do ano de 2024, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 36/2024, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 21/08/2024 às 06:00:00.
SISTEMA	21/08/2024 - 06:00:00	Às 06:00:00 do dia 21 do mês agosto do ano de 2024, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 36/2024
lucas jacao	27/08/2024 - 10:46:42	Fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a


Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

		apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA	27/08/2024 - 15:49:29	Valor da proposta inicial do MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA CPNJ/CPF 36804979000106 é de R\$ 1.005,80
MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA	27/08/2024 - 15:49:29	Fornecedor MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA CPNJ/CPF 36804979000106 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
MARBA COMERCIAL LTDA	27/08/2024 - 16:01:15	Valor da proposta inicial do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 1.000,00
		Fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da



Compras BR Portal de Licitações

MARBA COMERCIAL LTDA	27/08/2024 - 16:01:16	Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (ME/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e /ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	27/08/2024 - 16:43:10	Valor da proposta inicial do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ /CPF 31788699000120 é de R\$ 998,90
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	27/08/2024 - 16:43:10	Fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 enviou os documentos: 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (ME/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;;



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

		1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	27/08/2024 - 17:08:03	Valor da proposta inicial do NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CPNJ/CPF 20353820000174 é de R\$ 1.005,79
NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	27/08/2024 - 17:08:03	Fornecedor NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CPNJ/CPF 20353820000174 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e /ou de todos os tributos), na forma da Lei; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
		Fornecedor ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 1.3.5. Prova de regularidade com



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	27/08/2024 - 17:51:31	o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	27/08/2024 - 19:55:00	Valor da proposta inicial do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 1.005,70
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	27/08/2024 - 19:55:00	Fornecedor CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ /CPF 47944342000123 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
SISTEMA	28/08/2024 - 05:59:00	Iniciada etapa de Abertura de Lances
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:05:42	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 998,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:06:02	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 500,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 09:13:22	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 490,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:25:47	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 450,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 09:43:39	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 510,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:12:26	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 449,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:13:39	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 420,00
NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	28/08/2024 - 11:13:39	O valor do lance do NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CPNJ/CPF 20353820000174 é de R\$ 503,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:46:29	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 419,50
SISTEMA	28/08/2024 - 11:59:00	Iniciada etapa de Análise do Resultado
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 12:26:49	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL.
		Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130.

Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

lucas jacao	28/08/2024 - 12:42:52	Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR FGTS COM DATA VÁLIDA; DECLARAÇÃO UNIFICADA CONFORME ITEM 1.6.3 DO ANEXO I DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM MESMA NATUREZA E PORTE DO OBJETO LICITADO.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 12:52:02	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA EMPRESA, EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 12:52:19	Solicitado o reenvio do documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ /CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: FAVOR ENVIAR CERTIDÃO ESTADUAL VÁLIDA.
lucas jacao	28/08/2024 - 12:55:43	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
lucas jacao	28/08/2024 - 13:07:34	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM MESMA NATUREZA DO OBJETO LICITADO.
lucas jacao	28/08/2024 - 13:11:49	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:14:38	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:14:38	Documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
lucas jacao	28/08/2024 - 13:24:53	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVERÁ SER ASSINADO PELO ATESTANTE E NÃO PELA PRÓPRIA EMPRESA.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:25:33	Solicitado o reenvio do documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ /CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS REENVIO
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:25:45	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS REENVIO
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:26:40	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:26:40	Documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
lucas jacao	28/08/2024 - 14:53:28	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
lucas jacao	29/08/2024 - 08:40:03	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: SR. LICITANTE, O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVERÁ SER EMITIDO PELA CONTRATANTE, O ATESTADO ENVIADO PELA EMPRESA CONSTA COM A ASSINATURA DA PRÓPRIA EMPRESA
lucas jacao	29/08/2024 - 08:46:41	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
MARBA COMERCIAL LTDA	29/08/2024 - 11:17:40	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

COMPRADOR	29/08/2024 - 11:39:20	Adjudicado 2 no valor de R\$ 419,50 para o fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116
lucas jacao	29/08/2024 - 11:47:31	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS O REENVIO DO DOCUMENTO JUNTAMENTE COM DEMAIS COMPROVAÇÕES, CONFORME REQUER O ITEM 1.5.2 DO ANEXO I DO AVISO DE DISPENSA DDE LICITAÇÃO.
lucas jacao	29/08/2024 - 12:57:37	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
SISTEMA	30/08/2024 - 08:30:10	Às 08:30:10 do dia 30 do mês agosto do ano de 2024, a Compra Direta de número: 36/2024, alterou sua situação para encerrada.

Sequência: 3
Descrição: HD SSD EXTERNO 1 TB
Valor Estimado: R\$ 794,54
Valor Arrematado: R\$ 469,00 (40,97% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	20/08/2024 - 11:57:53	Às 11:57:53 do dia 20 do mês agosto do ano de 2024, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 36/2024, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 21/08/2024 às 06:00:00.
SISTEMA	21/08/2024 - 06:00:00	Às 06:00:00 do dia 21 do mês agosto do ano de 2024, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 36/2024
lucas jacao	27/08/2024 - 10:46:42	Valor da proposta inicial do lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130 é de R\$ 620,00
lucas jacao	27/08/2024 - 10:46:42	Fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida



**Compra Direta
Eletrônica**

Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

		conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA	27/08/2024 - 15:49:29	Fornecedor MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA CNPJ/CPF 36804979000106 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
MARBA COMERCIAL LTDA	27/08/2024 - 16:01:15	Valor da proposta inicial do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 794,00
		Fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ;



Compras BR Portal de Licitações

MARBA COMERCIAL LTDA	27/08/2024 - 16:01:16	1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e /ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	27/08/2024 - 16:43:10	Valor da proposta inicial do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ /CPF 31788699000120 é de R\$ 790,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	27/08/2024 - 16:43:10	Fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 enviou os documentos: 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



Compras BR Portal de Licitações

NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	27/08/2024 - 17:08:03	Valor da proposta inicial do NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CPNJ/CPF 20353820000174 é de R\$ 794,54
NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	27/08/2024 - 17:08:03	Fornecedor NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CPNJ/CPF 20353820000174 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e /ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	27/08/2024 - 17:51:31	Valor da proposta inicial do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ /CPF 48304801000177 é de R\$ 793,99
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	27/08/2024 - 17:51:31	Fornecedor ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual



Compras BR Portal de Licitações

		da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	27/08/2024 - 19:55:00	Valor da proposta inicial do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 794,50
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	27/08/2024 - 19:55:00	Fornecedor CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ /CPF 47944342000123 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
SISTEMA	28/08/2024 - 05:59:00	Iniciada etapa de Abertura de Lances
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 08:30:44	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CNPJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 793,98
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:06:12	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 610,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 09:13:29	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 600,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:25:56	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 595,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 09:43:52	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 706,26
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:12:33	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 590,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:13:46	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 585,00
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:37:18	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CNPJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 738,34
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:46:37	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 584,50
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:53:15	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 580,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:53:29	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 570,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:54:31	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 569,90
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:54:38	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 565,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:55:24	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 564,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:55:39	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 560,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:56:07	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 559,00
		O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:56:33	de R\$ 555,00
NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	28/08/2024 - 11:57:29	O valor do lance do NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CPNJ/CPF 20353820000174 é de R\$ 500,00
NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	28/08/2024 - 11:57:33	Fornecedor NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CPNJ/CPF 20353820000174 cancelou o envio do lance no valor de R\$ 500,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:57:38	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 499,00
NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	28/08/2024 - 11:57:58	O valor do lance do NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CPNJ/CPF 20353820000174 é de R\$ 700,00
lucas jacao	28/08/2024 - 11:58:07	O valor do lance do lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130 é de R\$ 520,00
NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	28/08/2024 - 11:58:24	O valor do lance do NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CPNJ/CPF 20353820000174 é de R\$ 650,00
lucas jacao	28/08/2024 - 11:58:54	O valor do lance do lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130 é de R\$ 469,00
SISTEMA	28/08/2024 - 11:59:00	Iniciada etapa de Análise do Resultado
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 12:26:49	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL.
lucas jacao	28/08/2024 - 12:42:52	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR FGTS COM DATA VÁLIDA; DECLARAÇÃO UNIFICADA CONFORME ITEM 1.6.3 DO ANEXO I DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM MESMA NATUREZA E PORTE DO OBJETO LICITADO.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 12:52:02	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA EMPRESA, EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 12:52:19	Solicitado o reenvio do documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ /CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: FAVOR ENVIAR CERTIDÃO ESTADUAL VÁLIDA.
lucas jacao	28/08/2024 - 12:55:43	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
lucas jacao	28/08/2024 - 13:07:34	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM MESMA NATUREZA DO OBJETO LICITADO.
lucas jacao	28/08/2024 - 13:11:49	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:14:38	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:14:38	Documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
lucas jacao	28/08/2024 - 13:24:53	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVERÁ SER ASSINADO PELO ATESTANTE E NÃO PELA PRÓPRIA EMPRESA.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:25:33	Solicitado o reenvio do documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ /CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS REENVIO
		Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte



Compras BR Portal de Licitações

ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:25:45	empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS REENVIO
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:26:40	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME /EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:26:40	Documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
lucas jacao	28/08/2024 - 14:53:28	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
lucas jacao	29/08/2024 - 08:40:03	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: SR. LICITANTE, O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVERÁ SER EMITIDO PELA CONTRATANTE, O ATESTADO ENVIADO PELA EMPRESA CONSTA COM A ASSINATURA DA PRÓPRIA EMPRESA
lucas jacao	29/08/2024 - 08:46:41	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
MARBA COMERCIAL LTDA	29/08/2024 - 11:17:40	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME /EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116
lucas jacao	29/08/2024 - 11:47:31	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS O REENVIO DO DOCUMENTO JUNTAMENTE COM DEMAIS COMPROVAÇÕES, CONFORME REQUER O ITEM 1.5.2 DO ANEXO I DO AVISO DE DISPENSA DDE LICITAÇÃO.
lucas jacao	29/08/2024 - 12:57:37	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
COMPRADOR	30/08/2024 - 08:30:03	Adjudicado 3 no valor de R\$ 469,00 para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
SISTEMA	30/08/2024 - 08:30:10	Às 08:30:10 do dia 30 do mês agosto do ano de 2024, a Compra Direta de número: 36/2024, alterou sua situação para encerrada.

Sequência: 4
Descrição: MESA DE 1 20M X 0 60M
Valor Estimado: R\$ 863,00
Valor Arrematado: R\$ 390,00 (54,80% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	20/08/2024 - 11:57:53	Às 11:57:53 do dia 20 do mês agosto do ano de 2024, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 36/2024, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 21/08/2024 às 06:00:00.
SISTEMA	21/08/2024 - 06:00:00	Às 06:00:00 do dia 21 do mês agosto do ano de 2024, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 36/2024
		Fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

lucas jacao	27/08/2024 - 10:46:42	cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA	27/08/2024 - 15:49:29	Valor da proposta inicial do MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA CNPJ/CPF 36804979000106 é de R\$ 863,00
MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA	27/08/2024 - 15:49:29	Fornecedor MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA CNPJ/CPF 36804979000106 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

		admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
MARBA COMERCIAL LTDA	27/08/2024 - 16:01:15	Valor da proposta inicial do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 860,00
MARBA COMERCIAL LTDA	27/08/2024 - 16:01:16	Fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e /ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	27/08/2024 - 16:43:10	Valor da proposta inicial do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ /CPF 31788699000120 é de R\$ 859,90
		Fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120 enviou os documentos: 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº



Compras BR Portal de Licitações

ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	27/08/2024 - 16:43:10	14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	27/08/2024 - 17:08:03	Fornecedor NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CPNJ/CPF 20353820000174 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e /ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	27/08/2024 - 17:51:31	Fornecedor ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	27/08/2024 - 19:55:00	Valor da proposta inicial do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 862,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	27/08/2024 - 19:55:00	Fornecedor CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ /CPF 47944342000123 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
SISTEMA	28/08/2024 - 05:59:00	Iniciada etapa de Abertura de Lances
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:06:22	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 450,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 09:13:37	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 440,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:26:06	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 400,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 09:44:07	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 499,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:12:39	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 395,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:13:51	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 390,00
SISTEMA	28/08/2024 - 11:59:00	Iniciada etapa de Análise do Resultado
		Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor MARBA



**Compra Direta
Eletrônica**

Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 12:26:49	COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL.
lucas jacao	28/08/2024 - 12:42:52	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR FGTS COM DATA VÁLIDA; DECLARAÇÃO UNIFICADA CONFORME ITEM 1.6.3 DO ANEXO I DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM MESMA NATUREZA E PORTE DO OBJETO LICITADO.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 12:52:02	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA EMPRESA, EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 12:52:19	Solicitado o reenvio do documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ /CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: FAVOR ENVIAR CERTIDÃO ESTADUAL VÁLIDA.
lucas jacao	28/08/2024 - 12:55:43	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
lucas jacao	28/08/2024 - 13:07:34	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM MESMA NATUREZA DO OBJETO LICITADO.
lucas jacao	28/08/2024 - 13:11:49	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:14:38	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:14:38	Documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
lucas jacao	28/08/2024 - 13:24:53	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVERÁ SER ASSINADO PELO ATESTANTE E NÃO PELA PRÓPRIA EMPRESA.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:25:33	Solicitado o reenvio do documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ /CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS REENVIO
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:25:45	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS REENVIO
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:26:40	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:26:40	Documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
lucas jacao	28/08/2024 - 14:53:28	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
lucas jacao	29/08/2024 - 08:40:03	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: SR. LICITANTE, O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVERÁ SER EMITIDO PELA CONTRATANTE, O ATESTADO ENVIADO PELA EMPRESA CONSTA COM A ASSINATURA DA PRÓPRIA EMPRESA
		Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

lucas jacao	29/08/2024 - 08:46:41	enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
MARBA COMERCIAL LTDA	29/08/2024 - 11:17:40	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME /EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116
COMPRADOR	29/08/2024 - 11:39:26	Adjudicado 4 no valor de R\$ 390,00 para o fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116
lucas jacao	29/08/2024 - 11:47:31	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS O REENVIO DO DOCUMENTO JUNTAMENTE COM DEMAIS COMPROVAÇÕES, CONFORME REQUER O ITEM 1.5.2 DO ANEXO I DO AVISO DE DISPENSA DDE LICITAÇÃO.
lucas jacao	29/08/2024 - 12:57:37	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
SISTEMA	30/08/2024 - 08:30:10	Às 08:30:10 do dia 30 do mês agosto do ano de 2024, a Compra Direta de número: 36/2024, alterou sua situação para encerrada.

Sequência: 5
Descrição: NOTEBOOK
Valor Estimado: R\$ 5.654,83
Valor Arrematado: R\$ 3.995,00 (29,35% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	20/08/2024 - 11:57:53	Às 11:57:53 do dia 20 do mês agosto do ano de 2024, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 36/2024, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 21/08/2024 às 06:00:00.
SISTEMA	21/08/2024 - 06:00:00	Às 06:00:00 do dia 21 do mês agosto do ano de 2024, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 36/2024
lucas jacao	27/08/2024 - 10:46:42	Valor da proposta inicial do lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130 é de R\$ 5.400,00
lucas jacao	27/08/2024 - 10:46:42	Fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

		Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA	27/08/2024 - 15:49:29	Fornecedor MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA CNPJ/CPF 36804979000106 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
MARBA COMERCIAL LTDA	27/08/2024 - 16:01:15	Valor da proposta inicial do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 5.654,00
		Fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

MARBA COMERCIAL LTDA	27/08/2024 - 16:01:16	peessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (ME/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e /ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	27/08/2024 - 16:43:10	Valor da proposta inicial do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ /CPF 31788699000120 é de R\$ 5.600,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	27/08/2024 - 16:43:10	Fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 enviou os documentos: 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (ME/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.6. Prova de



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

		inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	27/08/2024 - 17:08:03	Valor da proposta inicial do NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CPNJ/CPF 20353820000174 é de R\$ 5.654,83
NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	27/08/2024 - 17:08:03	Fornecedor NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CPNJ/CPF 20353820000174 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e /ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	27/08/2024 - 17:51:31	Valor da proposta inicial do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ /CPF 48304801000177 é de R\$ 5.653,99
		Fornecedor ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	27/08/2024 - 17:51:31	Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	27/08/2024 - 19:55:00	Fornecedor CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ /CPF 47944342000123 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
SISTEMA	28/08/2024 - 05:59:00	Iniciada etapa de Abertura de Lances
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 08:31:57	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CNPJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 5.399,99
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:06:32	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 5.000,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 09:13:44	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 4.900,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:26:13	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 4.500,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:12:46	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 4.490,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:14:21	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 4.400,00
NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	28/08/2024 - 11:17:13	O valor do lance do NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CNPJ/CPF 20353820000174 é de R\$ 5.382,64
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:40:20	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CNPJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 4.559,83
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:46:45	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 4.399,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:58:04	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 4.300,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:58:20	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 4.280,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:58:23	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 4.250,00
lucas jacao	28/08/2024 - 11:58:55	O valor do lance do lucas jacao CNPJ/CPF 13290293000130 é de R\$ 4.099,99
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:58:57	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 3.995,00
SISTEMA	28/08/2024 - 11:59:00	Iniciada etapa de Análise do Resultado
		Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor MARBA



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 12:26:49	COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL.
lucas jacao	28/08/2024 - 12:42:52	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR FGTS COM DATA VÁLIDA; DECLARAÇÃO UNIFICADA CONFORME ITEM 1.6.3 DO ANEXO I DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM MESMA NATUREZA E PORTE DO OBJETO LICITADO.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 12:52:02	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA EMPRESA, EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 12:52:19	Solicitado o reenvio do documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ /CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: FAVOR ENVIAR CERTIDÃO ESTADUAL VÁLIDA.
lucas jacao	28/08/2024 - 12:55:43	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
lucas jacao	28/08/2024 - 13:07:34	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM MESMA NATUREZA DO OBJETO LICITADO.
lucas jacao	28/08/2024 - 13:11:49	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:14:38	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:14:38	Documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
lucas jacao	28/08/2024 - 13:24:53	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVERÁ SER ASSINADO PELO ATESTANTE E NÃO PELA PRÓPRIA EMPRESA.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:25:33	Solicitado o reenvio do documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ /CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS REENVIO
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:25:45	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS REENVIO
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:26:40	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:26:40	Documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
lucas jacao	28/08/2024 - 14:53:28	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
lucas jacao	29/08/2024 - 08:40:03	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: SR. LICITANTE, O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVERÁ SER EMITIDO PELA CONTRATANTE, O ATESTADO ENVIADO PELA EMPRESA CONSTA COM A ASSINATURA DA PRÓPRIA EMPRESA
		Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

lucas jacao	29/08/2024 - 08:46:41	enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
MARBA COMERCIAL LTDA	29/08/2024 - 11:17:40	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME /EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116
COMPRADOR	29/08/2024 - 11:39:30	Adjudicado 5 no valor de R\$ 3.995,00 para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
COMPRADOR	29/08/2024 - 11:39:30	Adjudicado 5 no valor de R\$ 3.995,00 para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
lucas jacao	29/08/2024 - 11:47:31	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS O REENVIO DO DOCUMENTO JUNTAMENTE COM DEMAIS COMPROVAÇÕES, CONFORME REQUER O ITEM 1.5.2 DO ANEXO I DO AVISO DE DISPENSA DDE LICITAÇÃO.
lucas jacao	29/08/2024 - 12:57:37	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
SISTEMA	30/08/2024 - 08:30:10	Às 08:30:10 do dia 30 do mês agosto do ano de 2024, a Compra Direta de número: 36/2024, alterou sua situação para encerrada.

Sequência: 6
Descrição: SUPORTE 2 MONITORES ARTICULADOS
Valor Estimado: R\$ 293,55
Valor Arrematado: R\$ 163,00 (44,47% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	20/08/2024 - 11:57:53	Às 11:57:53 do dia 20 do mês agosto do ano de 2024, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 36/2024, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 21/08/2024 às 06:00:00.
SISTEMA	21/08/2024 - 06:00:00	Às 06:00:00 do dia 21 do mês agosto do ano de 2024, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 36/2024
lucas jacao	27/08/2024 - 10:46:42	Fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

		Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA	27/08/2024 - 15:49:29	Valor da proposta inicial do MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA CNPJ/CPF 36804979000106 é de R\$ 293,55
MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA	27/08/2024 - 15:49:29	Fornecedor MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA CNPJ/CPF 36804979000106 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
MARBA COMERCIAL LTDA	27/08/2024 - 16:01:15	Valor da proposta inicial do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 292,00
		Fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de



Compras BR Portal de Licitações

MARBA COMERCIAL LTDA	27/08/2024 - 16:01:16	aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e /ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	27/08/2024 - 16:43:10	Valor da proposta inicial do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ /CPF 31788699000120 é de R\$ 290,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	27/08/2024 - 16:43:10	Fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 enviou os documentos: 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

		Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	27/08/2024 - 17:08:03	Fornecedor NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CPNJ/CPF 20353820000174 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e /ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
		Fornecedor ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.5.1. A empresa licitante deverá



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	27/08/2024 - 17:51:31	apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	27/08/2024 - 19:55:00	Fornecedor CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ /CPF 47944342000123 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
SISTEMA	28/08/2024 - 05:59:00	Iniciada etapa de Abertura de Lances
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:06:42	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 260,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 09:13:52	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 250,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:26:20	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 245,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:12:51	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 240,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:14:27	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 230,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:53:23	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 220,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:53:38	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 210,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:54:42	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 209,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:54:54	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 205,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:55:44	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 204,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:55:52	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 203,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:56:15	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 200,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:56:23	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 199,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:58:44	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 165,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:58:52	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 163,00
SISTEMA	28/08/2024 - 11:59:00	Iniciada etapa de Análise do Resultado



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 12:26:49	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL.
lucas jacao	28/08/2024 - 12:42:52	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR FGTS COM DATA VÁLIDA; DECLARAÇÃO UNIFICADA CONFORME ITEM 1.6.3 DO ANEXO I DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM MESMA NATUREZA E PORTE DO OBJETO LICITADO.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 12:52:02	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA EMPRESA, EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 12:52:19	Solicitado o reenvio do documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ /CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: FAVOR ENVIAR CERTIDÃO ESTADUAL VÁLIDA.
lucas jacao	28/08/2024 - 12:55:43	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
lucas jacao	28/08/2024 - 13:07:34	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM MESMA NATUREZA DO OBJETO LICITADO.
lucas jacao	28/08/2024 - 13:11:49	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:14:38	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME /EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:14:38	Documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
lucas jacao	28/08/2024 - 13:24:53	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVERÁ SER ASSINADO PELO ATESTANTE E NÃO PELA PRÓPRIA EMPRESA.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:25:33	Solicitado o reenvio do documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ /CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS REENVIO
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:25:45	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS REENVIO
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:26:40	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME /EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:26:40	Documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
lucas jacao	28/08/2024 - 14:53:28	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
lucas jacao	29/08/2024 - 08:40:03	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: SR. LICITANTE, O ATESTADO DE CAPACIDADE



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

		TÉCNICA DEVERÁ SER EMITIDO PELA CONTRATANTE, O ATESTADO ENVIADO PELA EMPRESA CONSTA COM A ASSINATURA DA PRÓPRIA EMPRESA
lucas jacao	29/08/2024 - 08:46:41	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
MARBA COMERCIAL LTDA	29/08/2024 - 11:17:40	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116
COMPRADOR	29/08/2024 - 11:39:33	Adjudicado 6 no valor de R\$ 163,00 para o fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116
lucas jacao	29/08/2024 - 11:47:31	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS O REENVIO DO DOCUMENTO JUNTAMENTE COM DEMAIS COMPROVAÇÕES, CONFORME REQUER O ITEM 1.5.2 DO ANEXO I DO AVISO DE DISPENSA DDE LICITAÇÃO.
lucas jacao	29/08/2024 - 12:57:37	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
SISTEMA	30/08/2024 - 08:30:10	Às 08:30:10 do dia 30 do mês agosto do ano de 2024, a Compra Direta de número: 36/2024, alterou sua situação para encerrada.

Sequência: 7
Descrição: SUPORTE PARA GABINETE
Valor Estimado: R\$ 87,80
Valor Arrematado: R\$ 33,50 (61,84% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	20/08/2024 - 11:57:53	Às 11:57:53 do dia 20 do mês agosto do ano de 2024, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 36/2024, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 21/08/2024 às 06:00:00.
SISTEMA	21/08/2024 - 06:00:00	Às 06:00:00 do dia 21 do mês agosto do ano de 2024, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 36/2024
lucas jacao	27/08/2024 - 10:46:42	Fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

		nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA	27/08/2024 - 15:49:29	Valor da proposta inicial do MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA CPNJ/CPF 36804979000106 é de R\$ 87,80
MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA	27/08/2024 - 15:49:29	Fornecedor MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA CPNJ/CPF 36804979000106 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
MARBA COMERCIAL LTDA	27/08/2024 - 16:01:15	Valor da proposta inicial do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 87,00
		Fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário



Compras BR Portal de Licitações

MARBA COMERCIAL LTDA	27/08/2024 - 16:01:16	noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (ME/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e /ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	27/08/2024 - 16:43:10	Valor da proposta inicial do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ /CPF 31788699000120 é de R\$ 86,95
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	27/08/2024 - 16:43:10	Fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 enviou os documentos: 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (ME/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;;



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

		1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	27/08/2024 - 17:08:03	Fornecedor NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CPNJ/CPF 20353820000174 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (ME/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e /ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	27/08/2024 - 17:51:31	Valor da proposta inicial do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ /CPF 48304801000177 é de R\$ 86,99
		Fornecedor ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.6.1. Declaração de



Compras BR Portal de Licitações

ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	27/08/2024 - 17:51:31	enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	27/08/2024 - 19:55:00	Valor da proposta inicial do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 87,70
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	27/08/2024 - 19:55:00	Fornecedor CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ /CPF 47944342000123 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
SISTEMA	28/08/2024 - 05:59:00	Iniciada etapa de Abertura de Lances
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 08:32:28	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CNPJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 86,94
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:06:52	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 60,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 09:14:02	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 59,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:26:32	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 58,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 09:45:24	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 61,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:06:40	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 57,90
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:07:23	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 56,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:08:40	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 55,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:12:56	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 54,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:14:32	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 52,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:16:57	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 51,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:21:59	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CNPJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 50,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:23:52	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 49,50



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:28:35	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 49,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:30:17	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 48,50
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:36:30	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 48,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:38:02	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 47,50
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:39:51	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 47,00
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:41:04	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 46,99
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:41:42	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 46,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:42:17	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 45,50
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:42:51	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 45,00
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:44:46	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 44,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:45:14	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 43,50
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:46:10	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 43,49
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:46:52	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 43,40
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:46:55	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 43,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:47:09	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 42,60
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:48:36	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 42,59
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:48:42	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 40,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:49:06	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 39,90
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:49:07	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 39,99
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:49:38	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 39,80
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:50:12	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 39,50
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:50:39	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 39,00
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:50:53	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 38,99
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:51:02	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 38,90
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:51:31	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 38,50
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:51:40	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 38,45
ROMEDAL COMERCIO E		O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:51:46	48304801000177 é de R\$ 38,30
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:51:53	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 38,20
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:52:04	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 38,10
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:52:37	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 38,00
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:52:37	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 38,09
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:52:47	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 37,99
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:52:58	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 37,90
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:52:58	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 37,60
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:53:14	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 37,50
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:53:25	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 37,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:53:40	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 36,90
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:53:41	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 37,26
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:53:55	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 36,50
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:54:18	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 34,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:54:45	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 33,90
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:56:05	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 33,82
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:56:28	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 33,50
SISTEMA	28/08/2024 - 11:59:00	Iniciada etapa de Análise do Resultado
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 12:26:49	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL.
lucas jacao	28/08/2024 - 12:42:52	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR FGTS COM DATA VÁLIDA; DECLARAÇÃO UNIFICADA CONFORME ITEM 1.6.3 DO ANEXO I DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM MESMA NATUREZA E PORTE DO OBJETO LICITADO.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 12:52:02	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA EMPRESA, EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 12:52:19	Solicitado o reenvio do documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ /CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: FAVOR ENVIAR CERTIDÃO ESTADUAL VÁLIDA.
lucas jacao	28/08/2024 - 12:55:43	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

lucas jacao	28/08/2024 - 13:07:34	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM MESMA NATUREZA DO OBJETO LICITADO.
lucas jacao	28/08/2024 - 13:11:49	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:14:38	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:14:38	Documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
lucas jacao	28/08/2024 - 13:24:53	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVERÁ SER ASSINADO PELO ATESTANTE E NÃO PELA PRÓPRIA EMPRESA.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:25:33	Solicitado o reenvio do documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS REENVIO
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:25:45	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS REENVIO
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:26:40	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:26:40	Documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
lucas jacao	28/08/2024 - 14:53:28	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
lucas jacao	29/08/2024 - 08:40:03	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: SR. LICITANTE, O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVERÁ SER EMITIDO PELA CONTRATANTE, O ATESTADO ENVIADO PELA EMPRESA CONSTA COM A ASSINATURA DA PRÓPRIA EMPRESA
lucas jacao	29/08/2024 - 08:46:41	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
MARBA COMERCIAL LTDA	29/08/2024 - 11:17:40	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116
COMPRADOR	29/08/2024 - 11:39:35	Adjudicado 7 no valor de R\$ 33,50 para o fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116
lucas jacao	29/08/2024 - 11:47:31	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS O REENVIO DO DOCUMENTO JUNTAMENTE COM DEMAIS COMPROVAÇÕES, CONFORME REQUER O ITEM 1.5.2 DO ANEXO I DO AVISO DE DISPENSA DDE LICITAÇÃO.
lucas jacao	29/08/2024 - 12:57:37	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
SISTEMA	30/08/2024 - 08:30:10	Às 08:30:10 do dia 30 do mês agosto do ano de 2024, a Compra Direta de número: 36/2024, alterou sua situação para encerrada.



Compras BR Portal de Licitações

Descrição: SUPORTE QUADRADO PARA MONITOR

Valor Estimado: R\$ 149,82

Valor Arrematado: R\$ 83,00 (44,60% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	20/08/2024 - 11:57:53	Às 11:57:53 do dia 20 do mês agosto do ano de 2024, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 36/2024, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 21/08/2024 às 06:00:00.
SISTEMA	21/08/2024 - 06:00:00	Às 06:00:00 do dia 21 do mês agosto do ano de 2024, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 36/2024
lucas jacao	27/08/2024 - 10:46:42	Fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA	27/08/2024 - 15:49:29	Valor da proposta inicial do MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA CPNJ/CPF 36804979000106 é de R\$ 149,82
		Fornecedor MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA CPNJ/CPF 36804979000106 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.4. Certidão



Compras BR Portal de Licitações

MARCONDES SERVICOS DE
ESCRITORIO ADMINISTRATIVO
E NEGOCIOS EMPRESARIAL
LTDA

27/08/2024 - 15:49:29

pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

MARBA COMERCIAL LTDA

27/08/2024 - 16:01:15

Valor da proposta inicial do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 149,00

MARBA COMERCIAL LTDA

27/08/2024 - 16:01:16

Fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e /ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

		fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	27/08/2024 - 16:43:10	Valor da proposta inicial do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ /CPF 31788699000120 é de R\$ 145,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	27/08/2024 - 16:43:10	Fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 enviou os documentos: 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (ME/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
		Fornecedor NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CNPJ/CPF 20353820000174 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de



Compras BR Portal de Licitações

NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	27/08/2024 - 17:08:03	pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e /ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	27/08/2024 - 17:51:31	Fornecedor ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS		Valor da proposta inicial do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

PARA ESCRITORIO LTDA	27/08/2024 - 19:55:00	LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 149,80
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	27/08/2024 - 19:55:00	Fornecedor CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ /CPF 47944342000123 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
SISTEMA	28/08/2024 - 05:59:00	Iniciada etapa de Abertura de Lances
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:07:06	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 130,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 09:14:09	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 120,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:26:41	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 118,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 09:45:35	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 118,50
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:06:49	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 117,90
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:07:28	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 116,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:08:28	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 115,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:13:00	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 110,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:14:39	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 106,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:17:03	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 105,50
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:22:04	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 104,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:23:58	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 103,50
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:28:43	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 103,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:30:21	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 102,50
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:35:15	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 102,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:35:47	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 100,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:36:35	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 99,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:38:07	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 98,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:39:42	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 97,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:42:24	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 96,50
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:42:56	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 96,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:47:01	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 95,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:47:15	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 94,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:48:48	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 93,00



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:49:12	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 92,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:50:44	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 91,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:50:56	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 90,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:51:36	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 89,50
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:51:58	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 89,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:52:11	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 88,90
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:52:29	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 88,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:52:43	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 87,90
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:52:52	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 87,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:53:18	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 86,90
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:53:42	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 86,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:53:44	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 86,80
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:53:56	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 85,90
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:54:07	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 85,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:54:23	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 84,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:54:49	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 83,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:56:11	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 83,20
SISTEMA	28/08/2024 - 11:59:00	Iniciada etapa de Análise do Resultado
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 12:26:49	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL.
lucas jacao	28/08/2024 - 12:42:52	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR FGTS COM DATA VÁLIDA; DECLARAÇÃO UNIFICADA CONFORME ITEM 1.6.3 DO ANEXO I DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM MESMA NATUREZA E PORTE DO OBJETO LICITADO.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 12:52:02	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA EMPRESA, EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 12:52:19	Solicitado o reenvio do documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ /CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: FAVOR ENVIAR CERTIDÃO ESTADUAL VÁLIDA.
lucas jacao	28/08/2024 - 12:55:43	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

lucas jacao	28/08/2024 - 13:07:34	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM MESMA NATUREZA DO OBJETO LICITADO.
lucas jacao	28/08/2024 - 13:11:49	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:14:38	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:14:38	Documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
lucas jacao	28/08/2024 - 13:24:53	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVERÁ SER ASSINADO PELO ATESTANTE E NÃO PELA PRÓPRIA EMPRESA.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:25:33	Solicitado o reenvio do documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ /CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS REENVIO
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:25:45	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS REENVIO
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:26:40	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:26:40	Documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
lucas jacao	28/08/2024 - 14:53:28	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
lucas jacao	29/08/2024 - 08:40:03	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: SR. LICITANTE, O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVERÁ SER EMITIDO PELA CONTRATANTE, O ATESTADO ENVIADO PELA EMPRESA CONSTA COM A ASSINATURA DA PRÓPRIA EMPRESA
lucas jacao	29/08/2024 - 08:46:41	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
MARBA COMERCIAL LTDA	29/08/2024 - 11:17:40	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116
COMPRADOR	29/08/2024 - 11:39:42	Adjudicado 8 no valor de R\$ 83,00 para o fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116
lucas jacao	29/08/2024 - 11:47:31	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS O REENVIO DO DOCUMENTO JUNTAMENTE COM DEMAIS COMPROVAÇÕES, CONFORME REQUER O ITEM 1.5.2 DO ANEXO I DO AVISO DE DISPENSA DDE LICITAÇÃO.
lucas jacao	29/08/2024 - 12:57:37	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
SISTEMA	30/08/2024 - 08:30:10	Às 08:30:10 do dia 30 do mês agosto do ano de 2024, a Compra Direta de número: 36/2024, alterou sua situação para encerrada.



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

Descrição: WEBCAM FULLHD.

Valor Estimado: R\$ 781,67

Valor Arrematado: R\$ 55,00 (92,96% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	20/08/2024 - 11:57:53	Às 11:57:53 do dia 20 do mês agosto do ano de 2024, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 36/2024, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 21/08/2024 às 06:00:00.
SISTEMA	21/08/2024 - 06:00:00	Às 06:00:00 do dia 21 do mês agosto do ano de 2024, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 36/2024
lucas jacao	27/08/2024 - 10:46:42	Fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA	27/08/2024 - 15:49:29	Valor da proposta inicial do MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA CPNJ/CPF 36804979000106 é de R\$ 781,67
		Fornecedor MARCONDES SERVICOS DE ESCRITORIO ADMINISTRATIVO E NEGOCIOS EMPRESARIAL LTDA CPNJ/CPF 36804979000106 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.4. Certidão



Compras BR Portal de Licitações

MARCONDES SERVICOS DE
ESCRITORIO ADMINISTRATIVO
E NEGOCIOS EMPRESARIAL
LTDA

27/08/2024 - 15:49:29

pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

MARBA COMERCIAL LTDA

27/08/2024 - 16:01:15

Valor da proposta inicial do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 781,00

MARBA COMERCIAL LTDA

27/08/2024 - 16:01:16

Fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. ; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e /ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

		fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	27/08/2024 - 16:43:10	Valor da proposta inicial do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ /CPF 31788699000120 é de R\$ 780,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	27/08/2024 - 16:43:10	Fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CNPJ/CPF 31788699000120 enviou os documentos: 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV. ; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME /EPP), conforme anexo III. ; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	27/08/2024 - 17:08:03	Valor da proposta inicial do NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CNPJ/CPF 20353820000174 é de R\$ 781,66
		Fornecedor NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CNPJ/CPF 20353820000174 enviou os documentos: 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte



Compras BR Portal de Licitações

NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	27/08/2024 - 17:08:03	de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV.; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III.; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e /ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	27/08/2024 - 17:51:31	Valor da proposta inicial do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ /CPF 48304801000177 é de R\$ 799,00
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	27/08/2024 - 17:51:31	Fornecedor ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa; 1.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.; 1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); 1.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;; 1.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); 1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;; 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III.; 1.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.; 1.5.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, comprovando que já forneceu o objeto licitado, expedido em nome da licitante, original ou cópia autenticada, fornecido pela contratante. 1.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.; 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei;; 1.6.2. Declaração para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme anexo IV.; 1.6.3. Declaração unificada (anexo V), devidamente assinada e com o carimbo da empresa: a) Declaração de idoneidade emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo; b) Declaração de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; c) Declaração de cadastro no E-CJUR, para fins de cumprimento das exigências do TC/MS, com o carimbo CNPJ da licitante; d) Declaração de que



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

		o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	27/08/2024 - 19:55:00	Valor da proposta inicial do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 781,65
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	27/08/2024 - 19:55:00	Fornecedor CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ /CPF 47944342000123 enviou os documentos: 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa
SISTEMA	28/08/2024 - 05:59:00	Iniciada etapa de Abertura de Lances
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 08:32:59	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 779,99
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:07:14	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 700,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 09:14:17	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 600,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 09:26:48	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 555,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 09:46:55	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 554,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 10:19:08	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 550,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:07:07	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 549,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:07:34	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 530,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:08:17	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 529,90
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:13:07	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 525,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:14:49	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 500,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:17:07	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 499,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:22:09	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 450,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:24:02	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 449,50
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:28:50	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 445,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:30:29	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 440,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:36:43	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 400,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:38:19	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 350,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:39:57	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 330,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:42:27	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 300,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:43:02	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 299,00
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:46:34	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 298,99



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:46:58	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 298,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:47:06	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 290,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:47:26	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 280,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:48:57	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 279,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:49:18	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 270,00
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:50:07	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 269,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:50:39	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 260,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:50:56	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 259,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:51:07	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 258,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:51:41	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 257,90
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:52:03	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 250,00
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:52:09	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 256,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:52:14	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 249,90
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:52:19	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 249,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:52:25	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 230,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:52:26	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 248,90
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:52:30	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 229,90
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:52:41	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 220,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:53:02	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 219,90
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:53:20	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 210,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:53:27	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 209,90
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:53:48	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 205,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:54:00	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 204,90
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:54:00	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 199,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:54:11	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 190,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:55:14	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 189,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:55:23	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 180,00



Compras BR Portal de Licitações

.

-

.

ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:55:30	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 179,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:55:45	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 175,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:56:01	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 170,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:56:10	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 169,00
ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	28/08/2024 - 11:57:08	O valor do lance do ROMEDAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CPNJ/CPF 48304801000177 é de R\$ 167,57
NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME	28/08/2024 - 11:57:22	O valor do lance do NOSSA COMERCIAL EIRELI - ME CPNJ/CPF 20353820000174 é de R\$ 200,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:57:24	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 165,00
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 11:57:59	O valor do lance do ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120 é de R\$ 160,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:58:08	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 155,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:58:17	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 60,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:58:31	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 59,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:58:31	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 59,90
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:58:36	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 58,00
CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA	28/08/2024 - 11:58:41	O valor do lance do CAZ COMERCIO DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA CPNJ/CPF 47944342000123 é de R\$ 56,00
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 11:58:57	O valor do lance do MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116 é de R\$ 55,00
SISTEMA	28/08/2024 - 11:59:00	Iniciada etapa de Análise do Resultado
MARBA COMERCIAL LTDA	28/08/2024 - 12:26:49	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL.
lucas jacao	28/08/2024 - 12:42:52	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR FGTS COM DATA VÁLIDA; DECLARAÇÃO UNIFICADA CONFORME ITEM 1.6.3 DO ANEXO I DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM MESMA NATUREZA E PORTE DO OBJETO LICITADO.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 12:52:02	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA EMPRESA, EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 12:52:19	Solicitado o reenvio do documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ /CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: FAVOR ENVIAR CERTIDÃO ESTADUAL VÁLIDA.
lucas jacao	28/08/2024 - 12:55:43	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
lucas jacao	28/08/2024 - 13:07:34	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: FAVOR NOS ENVIAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM MESMA NATUREZA DO OBJETO LICITADO.



Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

lucas jacao	28/08/2024 - 13:11:49	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:14:38	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME /EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:14:38	Documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
lucas jacao	28/08/2024 - 13:24:53	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVERÁ SER ASSINADO PELO ATESTANTE E NÃO PELA PRÓPRIA EMPRESA.
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:25:33	Solicitado o reenvio do documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ /CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS REENVIO
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:25:45	Solicitado o reenvio do documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME/EPP), conforme anexo III. para o fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS REENVIO
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:26:40	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME /EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191	28/08/2024 - 13:26:40	Documento 1.3.4. Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, (especificamente de ICMS, e/ou de todos os tributos), na forma da Lei; enviado pelo fornecedor ADÉLIO DE OLIVEIRA PEREIRA 54208734191 CPNJ/CPF 31788699000120
lucas jacao	28/08/2024 - 14:53:28	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
lucas jacao	29/08/2024 - 08:40:03	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: SR. LICITANTE, O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVERÁ SER EMITIDO PELA CONTRATANTE, O ATESTADO ENVIADO PELA EMPRESA CONSTA COM A ASSINATURA DA PRÓPRIA EMPRESA
lucas jacao	29/08/2024 - 08:46:41	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
MARBA COMERCIAL LTDA	29/08/2024 - 11:17:40	Documento 1.6.1. Declaração de enquadramento de porte empresarial (MEI/ME /EPP), conforme anexo III. enviado pelo fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116
COMPRADOR	29/08/2024 - 11:39:45	Adjudicado 9 no valor de R\$ 55,00 para o fornecedor MARBA COMERCIAL LTDA CPNJ/CPF 49776241000116
lucas jacao	29/08/2024 - 11:47:31	Solicitado o reenvio do documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa para o fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130. Pelo seguinte motivo: SOLICITAMOS O REENVIO DO DOCUMENTO JUNTAMENTE COM DEMAIS COMPROVAÇÕES, CONFORME REQUER O ITEM 1.5.2 DO ANEXO I DO AVISO DE DISPENSA DDE LICITAÇÃO.
lucas jacao	29/08/2024 - 12:57:37	Documento 1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA: Contrato social da empresa enviado pelo fornecedor lucas jacao CPNJ/CPF 13290293000130
SISTEMA	30/08/2024 - 08:30:10	Às 08:30:10 do dia 30 do mês agosto do ano de 2024, a Compra Direta de número: 36/2024, alterou sua situação para encerrada.

Equipe



Compra Direta
Eletrônica

Compras BR Portal de Licitações

.
-
.

Agente de Contratação